

O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO CEARÁ: UMA ANÁLISE A PARTIR DO VALOR ADICIONADO E DO EMPREGO¹

The deindustrialization process in Ceará: an analysis from value added and employment

Antonio Marcos Bezerra

Graduado em Ciências Econômicas (UFC) bezerraeco@gmail.com

Ana Claudia Sampaio de Oliveira

Graduada em Ciências Econômicas (UFC) e Mestre em Economia Rural (UFC)
anasampaio2812@gmail.com

Resumo: Localizado no Nordeste brasileiro, o Ceará tem 86,8% do seu território inserido na região semiárida. Nas últimas décadas, tem apresentado um contínuo processo de crescimento. Sua estrutura econômica é composta por indústrias tradicionais como alimentos e bebidas, têxtil, vestuário, calçados e couros, construção civil e empresas de serviços e agropecuária. O presente artigo tem por objetivo analisar o desempenho do setor industrial cearense, no período 2002-2012, com o propósito de verificar se o Estado do Ceará tem ou não, passado por um processo de desindustrialização. Para tanto, foi elaborada uma breve revisão da literatura no que diz respeito ao processo de desindustrialização, enfatizando as diferentes abordagens em matéria de análises de estatísticas descritiva e comparativa, bem como, a avaliação de alguns indicadores utilizados na literatura sobre o tema. Os resultados apontam para uma diminuição considerável do Valor Adicionado Bruto, juntamente com uma perda de participação do emprego na Indústria de Transformação do Ceará, revelando um processo claro de desindustrialização.

Palavras-chave: Indústria; Indicadores; PIB.

Abstract: Ceará, a Brazilian state located in the Brazilian Northeastern region has 86,8% of its territory inserted in the semiarid area. In the last decades it has experienced a continuous growth process. Its economic structure is composed by traditional industries, such as food and beverages, textiles, clothing, footwear and leather goods, civil construction, services and agriculture companies. This paper aims to analyze the performance of Ceará's industrial sector in the 2002-2012 period, trying to verify whether Ceará has experienced a deindustrialization process or not. To fulfill this objective, a brief review of the literature with respect to deindustrialization process was done, emphasizing the different approaches concerning descriptive and comparative statistical analysis, as well as, an evaluation of some indicators used in the literature on the subject. The results points to a considerable decrease of the Gross Value-Added Product, along with loss in the employment in the manufacturing industry in Ceará, disclosing a clear process of deindustrialization.

Keywords: Cearense Industry; Indicators; Employment.

¹ O presente artigo tem por base a monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará (UFC), cujo título original é "Desempenho do setor industrial cearense no período 2002-2012: há desindustrialização?", elaborada pelo primeiro autor do artigo com a colaboração da autora Ana Claudia S. Oliveira.

1 Introdução

Nas duas últimas décadas o Ceará vem apresentando um acentuado processo de desenvolvimento socioeconômico, marcado pela diversificação de áreas como serviços, com destaque para o comércio e o turismo, a indústria, com destaque para a Indústria de Transformação, o agronegócio e o comércio exterior (IPECE, 2010).

O Ceará apresenta uma estrutura econômica intermediária, composta por indústrias tradicionais de alimentos e bebidas, têxtil, vestuário, calçados e couros, construção civil, empresas de serviços e agropecuária. Nos últimos 10 anos, no entanto, não houve mudança estrutural significativa nos três setores da economia.

O setor industrial cearense é composto por quatro subsetores, com destaque para a Indústria de Transformação. Além desta, existem ainda a Indústria Extrativa Mineral, a Indústria da Construção Civil e a Indústria de Produção/Distribuição de Energia e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana ou Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup).

Dentre os quatro subsetores, o que apresenta maior relevância é a Indústria de Transformação, que responde por pouco mais que 50% de contribuição no Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor industrial do Ceará. A importância do setor industrial na economia cearense ganhou destaque, sobretudo, nas duas últimas décadas, quando a sua participação na composição do PIB do Estado respondeu, em média, por cerca de 23,6% (IPECE, 2010; 2013).

O parque industrial do Ceará, já consolidado, foi beneficiado a partir de meados dos anos 90, com o programa de atração de investimentos. As empresas que aportaram (principalmente calçados) conseguiram mudar o perfil do Estado, de exportador de produtos básicos para exportador de produtos industrializados (com maior valor agregado), mas não provocou mudanças significativas na estrutura do parque industrial (IPECE, 2010).

Nesses termos, o presente artigo tem por objetivo fazer uma análise, pela ótica da produção e do emprego, do comportamento do setor industrial cearense, de forma mais detalhada da Indústria de Transformação entre os anos de 2002 e 2012, com o propósito de verificar se o Ceará está ou não passando por um processo de desindustrialização. Importante mencionar que, como este estudo teve

por base a uma monografia de conclusão de curso, defendida em 2014, a restrição de dados quanto ao período analisado deveu-se sobremaneira à disponibilidade dos mesmos no momento de sua coleta e análise.

Ademais, além dessa breve introdução, este artigo possui ainda uma segunda seção que apresenta uma breve revisão de literatura acerca do conceito de desindustrialização. A terceira seção, aborda-se a metodologia de análise, incluindo a natureza e fonte dos dados. Nas quarta e quinta seções são apresentados os resultados e discussões, bem como as conclusões do estudo e, finalmente, na última seção as referências bibliográficas.

2 Revisão de literatura

2.1 Desindustrialização: conceitos e causas

De acordo com o DIEESE (2011, p. 2), industrialização é “[...] o processo pelo qual a indústria aparece como o setor dinâmico de uma economia, aquele que agrega mais valores ao produto total e/ou cria maior número de empregos”.

O papel desempenhado pela indústria para o desenvolvimento de uma sociedade é destacado em alguns trabalhos empíricos. Kaldor (cujos estudos foram publicados em 1966), por exemplo, constatou que há uma relação causal entre o crescimento da indústria e o crescimento da economia como um todo, ou seja, a indústria funciona como um motor, impulsionando o crescimento do produto.

Cano (2012, p. 2) ratifica as ideias de Kaldor afirmando que “não há, na história, país algum que se desenvolveu prescindindo de uma generalizada industrialização e de um forte e ativo papel do Estado Nacional”.

Voltando-se agora para o objeto de estudo do presente trabalho, é importante destacar que, apesar de outros autores terem utilizado o termo desindustrialização anteriormente atribui-se a Robert Rowthorn e John Wells a sistematização do estudo desse “fenômeno”, com a publicação do livro *De-industrialization and foreign trade*, publicado em 1987. Nele, os autores definem o termo desindustrialização como sendo “[...] a queda da participação da indústria no emprego total”¹.

¹ [...] *the falling share of industry in total employment as 'de-industrialization'* (ROWTHORN; WELLS, 1997, p. 11, tradução nossa).

Para estes autores esse fenômeno ocorre quando a economia atinge a maturidade e, conseqüentemente, esse processo não é considerado ruim, mas um estágio natural do desenvolvimento econômico daquela sociedade (ROWTHORN; WELLS, 1997).

No Brasil, a discussão acerca do tema desindustrialização se intensificou muito a partir da primeira década do século XXI. Desta forma, para um melhor entendimento desse processo, faz-se mister uma breve apresentação dos principais autores e seus respectivos trabalhos, expondo tanto os de visão ortodoxa², quanto os de visão heterodoxa³. Ademais, conforme Soares et al. (2011), serão apresentadas evidências de que o Brasil tem passado por um processo de desindustrialização desde meados dos anos 1980.

Conforme Oreiro e Feijó (2010) há duas posições claramente definidas na discussão sobre um possível processo de desindustrialização pelo qual o Brasil estaria passando. De um lado, os “novo-desenvolvimentistas” acreditam que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização desde as duas últimas décadas, provocada pela combinação da abertura comercial, valorização dos termos de troca (elevação da cotação de *commodities* no mercado internacional) e taxa de câmbio apreciada. Por outro lado, os chamados “economistas ortodoxos” afirmam que as transformações pelas quais o Brasil passou não tiveram efeito negativo sobre o setor industrial, e o câmbio apreciado favoreceu este setor ao tornar possível uma atualização do parque industrial através da compra de bens de capital, aumentando assim a capacidade produtiva e a competitividade internacional dos produtos brasileiros.

Importante destacar que, para o pensamento heterodoxo, a indústria é vista como algo “especial” por apresentar retornos crescentes de escala, além de ser a principal fonte difusora de progresso tecnológico. Sendo assim, a desindustrialização é

um fenômeno indesejado para economias que não atingiram o amadurecimento econômico, por apresentar impactos negativos no crescimento de longo prazo (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Ainda de acordo com Oreiro e Feijó, 2010, p. 221:

[...], uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para uma determinada economia. Dessa forma, a simples expansão da produção industrial (em termos de *quantum*) não pode ser utilizada como “prova” da inexistência de desindustrialização.

Outro ponto importante a destacar, nos termos de Bresser-Pereira (2008 apud OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 221), é que:

a desindustrialização não está necessariamente associada a uma “reprimarização da pauta de exportação”. Com efeito, a participação da indústria no emprego e no valor adicionado pode se reduzir em função da transferência para o exterior das atividades manufatureiras mais intensivas em trabalho e/ou com menor valor adicionado. [...] Nesse caso, a desindustrialização é classificada como “positiva”. No entanto, se a desindustrialização vier acompanhada de uma “reprimarização” da pauta de exportações, ou seja, por um processo de reversão da pauta exportadora na direção de *commodities*, produtos primários ou manufaturas com baixo valor adicionado e/ou baixo conteúdo tecnológico; então isso pode ser sintoma da ocorrência de “doença holandesa”, [...] Nesse caso, a desindustrialização é classificada como “negativa”, [...].

Assim, no contexto do debate brasileiro, para Soares et al. (2011) existem dois grupos de autores que defendem ideias diferentes sobre o tema. Na primeira hipótese, defendida por Bresser-Pereira e Marconi (2008) e Oreiro e Feijó (2010), acredita-se que o processo de desindustrialização sofrido pelo Brasil “não é natural”, mas é o resultado de uma política macroeconômica que vem mantendo a taxa de câmbio apreciada, ao longo dos últimos 20 anos, reduzindo assim as exportações de manufaturados e favorecendo a substituição da produção doméstica por importações. Quanto à segunda

2 Corrente teórica defensora de altas taxas de juros e moeda sobrevalorizada. Para os adeptos dessa corrente o Brasil pode se beneficiar do câmbio sobrevalorizado para adquirir bens de capital e modernizar o parque industrial (eles acreditam que a perda de participação da indústria no PIB é natural e que não prejudicaria o desenvolvimento de longo prazo) (SOUZA, 2013).

3 Corrente teórica que defende uma taxa de câmbio que torne nossos produtos industriais competitivos internacionalmente. De acordo com os defensores dessa corrente, o Brasil passa por uma desindustrialização, precoce e nociva ao desenvolvimento de longo prazo, decorrente da combinação do câmbio sobrevalorizado, valorização dos termos de troca e da abertura comercial abrupta pela qual passou o país na década de 1990 (SOUZA, 2013).

hipótese, defendida por Bonelli e Pessôa (2010), o processo de desindustrialização é visto como algo natural, semelhante ao que vem ocorrendo nos países desenvolvidos, e acredita-se que o mesmo não tem qualquer ligação com a condução da política macroeconômica.

Para o caso brasileiro, portanto, observou-se que não há um consenso entre os autores se estamos, ou não, passando por um processo de desindustrialização. No entanto, há uma concentração de estudos tanto para constatar se está ocorrendo desindustrialização, como para apontar as possíveis causas que contribuíram para o surgimento e o andamento deste processo, além, é claro, dos estudos que negam a existência desse processo na nossa economia.

Para Nassif (2008), não se pode afirmar que o Brasil tem passado por um processo de desindustrialização, seja ela provocada pelas mudanças estruturais ocorridas na década de 1990, tais como liberalização comercial ou realocação de recursos para o setor industrial baseado em recursos naturais e manufaturados de baixo conteúdo tecnológico, ou mesmo pela especialização da pauta de exportação na direção de produtos intensivos em recursos naturais ou em trabalho. Porém, ainda prevalece o mesmo alerta para os riscos de se manter, por um período de tempo muito prolongado, a moeda brasileira sobrevalorizada em relação ao dólar, ocasionando não apenas uma perda de competitividade do setor industrial brasileiro, mas podendo assim, tornar real o processo de desindustrialização precoce no Brasil.

De acordo com Bonelli e Pessôa (2010) a perda de participação da indústria no PIB é resultado do contexto macroeconômico, ou seja, um ambiente de juros e carga tributária muito elevados têm explicado boa parte do baixo crescimento do setor industrial em alguns períodos desde a década de 1990.

Nestes termos, Bonelli e Pessôa (2010, p. 58) afirmam que:

[...] a evidência não autoriza diagnosticar a existência de um processo de desindustrialização no Brasil. Na verdade, até a década de 1980, a estrutura econômica brasileira impulsionada pela substituição de importações foi viesada em favor da indústria. As perdas de participação observadas em fases específicas do desenvolvimento brasileiro depois daí foram devidas principalmente

à instabilidade macroeconômica, à liberalização comercial (que em parte corrigiu o padrão de alocação de recursos que se traduzia em estagnação) e, não menos importante, em mudanças estruturais operando a longo prazo na economia global.

No entanto, não significa que o risco de desindustrialização e/ou ocorrência de “doença holandesa”⁴ não exista, podendo ser o produto de uma conjuntura internacional desfavorável provocando, de forma forçosa, o surgimento de um destes processos aqui no Brasil (BONELLI; PESSÔA, 2010).

De acordo com Cano (2012, p. 1), não há dúvidas de que o Brasil vem passando por um processo de desindustrialização, e destaca que este processo é “uma desindustrialização nociva que fragiliza e compromete sua economia”. Para este autor, há alguns fatos responsáveis por desencadear este processo de desindustrialização, precoce e nociva, quais sejam:

1) A política cambial praticada a partir da implantação do Plano Real. O câmbio valorizado cumpre o papel de âncora dos preços, afetando negativamente a competitividade de produtos nacionais no mercado internacional;

2) A abertura comercial desregrada pela qual o Brasil passou na década de 1990, e passa até hoje, operacionalizada através da queda das tarifas e demais mecanismos protecionistas da indústria nacional contribuindo, juntamente com o câmbio valorizado, para a redução do grau de proteção frente à concorrência internacional;

3) No Brasil, a taxa de juros elevada estimula os empresários a compará-la à taxa de lucro, e, percebendo-se aquela como sendo maior do que esta – lembrando que a taxa de lucro do setor industrial é relativamente contida. Desta forma, o empresário só investe em último caso, chegando ao extremo de quebrar e fechar. Com o investi-

4 Doença holandesa ou maldição dos recursos naturais é a sobreapreciação crônica da taxa de câmbio de um país causada por este explorar recursos abundantes e baratos, cuja produção comercial é compatível com uma taxa de câmbio claramente menor do que a taxa de câmbio média que viabiliza setores econômicos de bens comercializáveis que utilizam tecnologia no estado da arte. É uma falha de mercado porque o setor produtor de bens intensivos em recursos naturais gera uma externalidade negativa sobre os demais setores da economia impedindo que esses setores se desenvolvam, não obstante usem tecnologia no estado da arte (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 123-124).

mento inibido, a indústria fica vulnerável, envelhecendo e tornando-se obsoleta, sem condições de incorporar progresso técnico, perdendo produtividade, reduzindo a competitividade, “passando a ser forte entrave ao desenvolvimento econômico do País”;

4) O investimento estrangeiro é especulativo, atraído pelos altos juros pagos pelo Governo. Nesse sentido, esse investimento torna-se prejudicial por dois motivos: a) não é direcionado para investimentos produtivos; e b) aumento da dívida pública, deixando a economia sujeita a ataques especulativos e restrições do balanço de pagamentos;

5) A crise econômica mundial desencadeada em 2008 reduziu a demanda em todos os mercados, principalmente, o norte-americano e europeu, e reduziu consideravelmente as exportações brasileiras. Vale ressaltar, que a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil comprando *commodities* agrícolas e minerais e vendendo produtos manufaturados.

Para o DIEESE (2011, p. 2), “[...] o processo que provoca a reversão do crescimento e da participação da indústria na produção e geração de empregos é conhecido por ‘desindustrialização’”. No entanto, ressalta que este conceito necessita melhor qualificação, uma vez que com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação, como por exemplo, a introdução de máquinas e gerenciamento de processos e, conseqüentemente, o aumento da produtividade, preserva-se assim a mesma capacidade de produção anteriormente verificada, podendo apresentar uma redução do número de postos de trabalho. Assim, a produção se mantém, ou até aumenta, enquanto o emprego diminui com implantação de tecnologias poupadoras de mão de obra.

Fazendo uma análise de forma mais ampla, o DIEESE (2011, p. 3) considera que “[...] a desindustrialização seria caracterizada como uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente”.

No entanto, a desindustrialização não necessariamente seria vista como algo ruim e que ocasionaria empobrecimento da sociedade onde ela ocorre. Quando a sociedade atinge a maturidade, é natural que o setor industrial perca participação em detrimento da expansão do setor de serviços,

deixando a condição de atividade dinâmica da economia (DIEESE, 2011). Por outro lado, fenômeno pode ser um indicativo de problema, quando acontecer em circunstâncias nas quais ameaçam o crescimento da economia, afetando negativamente a qualidade de vida da população. Acrescente-se ainda que (DIEESE, 2011, p. 4, grifo nosso):

Países⁵ em processo de industrialização, em que a Indústria de Transformação, pelo menos na maior parte, ainda não atingiu estágios de produtividade e competitividade compatíveis com os níveis encontrados internacionalmente e a **renda per capita da população ainda é baixa**, são aqueles que se ressentirão de eventual redução no valor agregado e no número de empregos gerados.

Destaque-se ainda que esses grupos de países, no qual se inclui o Brasil, além de deixarem de gerar empregos qualificados, a redução da participação da indústria na economia origina uma dependência perigosa, pois com o aumento da renda *per capita* observa-se uma expansão no consumo de produtos industrializados (tanto em quantidade quanto em qualidade), pelo fato da elasticidade-renda por estes produtos ser superior à elasticidade-renda por produtos primários. Nestes termos (DIEESE 2011, p. 5),

Uma nação que, sem completar seu círculo industrial, vê a Indústria de Transformação perder espaço para outros setores, principalmente os serviços, pode, em médio prazo, enfrentar graves problemas no setor externo, com crescentes déficits em conta corrente e conviver com reduções na geração e na qualidade dos empregos.

Em seu estudo, o DIEESE (2011, p.5) aponta ainda algumas causas como responsáveis pela desindustrialização:

- a) Excessiva valorização cambial;
- b) Altas taxas de juros⁶;

5 O Brasil pode ser incluído neste grupo uma vez que, em 2009, segundo o IBGE, encontrava-se com renda *per capita* de US\$ 9.455 (US\$ PPC), com uma indústria de transformação que respondia por uma parcela pequena do Produto Nacional, cerca de 15,5% (DIEESE, 2011).

6 Refere-se, principalmente, à taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Esta, por sua vez, representa a média ajustada dos financiamentos diários apurados no Selic para títulos federais – definição da Circular nº 2.900, de 24 jun. 99, do BC, artigo 2º, parágrafo 1º (FREITAS, 2002, p. 119).

- c) Estrutura tributária ineficiente;
- d) Problemas de infraestrutura;
- e) Excesso de burocracia;
- f) Grande vantagem comparativa na produção de bens primários;
- g) Acumulação insuficiente de poupança;
- h) Educação formal insuficiente e baixa qualificação da mão de obra.

Ademais, todos esses pontos apresentam alto grau de relação entre si, ou seja, elevadas taxas de juros atraem capital estrangeiro especulativo, valorizando assim a moeda nacional. A infraestrutura tributária ineficiente onera os custos de produção. Juros altos (exigem taxas maiores de retorno), problemas com a infraestrutura, excesso de burocracia, custo alto com mão de obra qualificada e baixa poupança contribuem para diminuir o volume de investimentos, que proporcionariam maior dinâmica e crescimento para a economia (DIEESE, 2011).

Concluiu-se assim, que os sinais de retração da atividade industrial foram identificados, mostrando uma tendência perigosa e corroborando com o argumento apresentado pela indústria, e por parte da academia, de que o Brasil passa por um processo de desindustrialização. No entanto, pontua que não se trata de processo profundo e sem retorno, embora deva ser considerado objeto de atenção e preocupação diante do sentido do movimento constatado (DIEESE, 2011).

O IEDI (2005, p. 1) define desindustrialização como sendo o “declínio da produção ou do emprego industrial em termos absolutos ou como proporção do produto ou do emprego nacional”. De acordo com estudos do órgão (idem, p.1):

[...] quase toda a América Latina, incluindo o Brasil, estaria passando por uma “desindustrialização negativa”, consistindo esta na redução da importância do setor industrial no produto e no emprego, em um contexto de desaceleração generalizada do crescimento econômico como resultado de processos de abertura realizados equivocadamente e de aplicação de políticas econômicas adversas para o desenvolvimento produtivo adotadas no continente.

Ainda conforme o IEDI (2005, p. 1), “no Brasil, de fato, houve um retrocesso muito intenso da

indústria no PIB, sendo que esse processo teve início anteriormente à abertura e à aplicação das políticas dos anos 1990”. Ou seja, fica claro que o Brasil está sofrendo um processo de desindustrialização, mas adverte que, ainda assim, a indústria brasileira continua mantendo uma diversificação significativa e que, mesmo tendo perdido setores decisivos para a industrialização contemporânea, conseguiu preservar aqueles com tecnologia de ponta e “capacidade de ampliar sua produtividade e capacidade exportadora”.

Assim, IEDI (2005, p. 2) conclui que:

Não houve, portanto, uma desindustrialização no sentido de perda irreparável na estrutura industrial do país e em sua capacidade dinâmica. Significa que a indústria no país conserva requisitos para reerguer-se e reintegrar-se com maior plenitude nas atuais tendências de industrialização dos países de maior dinamismo industrial. [...] julgamos mais conveniente qualificar a desindustrialização ocorrida no Brasil como “relativa”⁷.

Em um trabalho mais recente realizado pelo mesmo Instituto, o IEDI (2007, p.1) indica que a desindustrialização no Brasil está aumentando e aponta como causa os seguintes fatos:

a) A política de altas taxas de juros que afeta a demanda agregada [...]: inibindo o investimento e o gasto público, [...], e as exportações pelo efeito que elevadas taxas de juros exercem sobre a conta financeira e de capital.

b) A tendência a uma valorização do câmbio, resultado da política de elevado nível das taxas de juros doméstica, que é reforçada pela valorização internacional do preço das *commodities*.

c) A sobrevalorização cambial provoca a substituição de produção doméstica por produtos importados, o que se observa em especial no setor produtor de bens duráveis de consumo nos períodos mais recentes.

⁷ A ideia de uma desindustrialização relativa foi definida em face de três aspectos. Uma primeira constatação é que a taxa de crescimento da indústria brasileira tem se situado em níveis bem inferiores aos de outras economias emergentes, como China e Índia. Internamente, o crescimento da indústria tem sido menor que o dos demais setores e, dentro da indústria, setores tradicionais perdem peso, sendo compensado por setores intensivos em recursos naturais (IEDI, 2007, p. 4).

d) O ambiente de política econômica pouco propício ao crescimento não tem estimulado o investimento privado, mesmo com o câmbio favorável à importação de máquinas e equipamentos.

e) Em síntese, mesmo sendo dotado de um parque industrial amplo e diversificado, verifica-se nos últimos anos um processo de desindustrialização, que é fruto da combinação perversa de taxa de juros elevada e câmbio valorizado. Essa combinação inibe a expansão do investimento e das exportações, corroendo a competitividade e levando a perdas de produtividade na indústria.

Nesses termos, considerando o pífio movimento da economia brasileira, “expresso em baixas taxas de crescimento do PIB”, passa a ser visto como um dos principais problemas macroeconômicos da atualidade. Ademais, o desempenho da Indústria de Transformação, “que por suas características de encadeamento de demandas ao longo das cadeias produtivas dentro e fora da indústria exerce um importante efeito de liderar a taxa de crescimento agregada”, também tem apresentado um baixo crescimento nos últimos anos (IEDI, 2007, p. 3).

Na conclusão de seu trabalho, Oreiro e Feijó (2010, p. 231) também ratificam a ideia de que há evidências conclusivas na literatura brasileira acerca do processo de desindustrialização no país para o período de 1986-1998. No entanto, para o período que sucedeu a mudança do regime cambial, dada a mudança na metodologia do IBGE para as Contas Nacionais, esse processo deixa de ser tão evidente, apesar de que, nos últimos 15 anos, os dados apontam para uma “continuidade da perda de importância relativa da indústria brasileira”.

3 Material e métodos

A análise empírica do trabalho utiliza em suas abordagens análises de estatísticas descritivas e comparativas, bem como, a avaliação dos indicadores mais adequados de acordo com a literatura revisada.

Para esta análise, serão utilizados, principalmente, os indicadores da posição da indústria, a produção e o emprego. Sob a ótica da produção, será analisada a participação do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria no PIB e a razão entre o Valor da Transformação Industrial (VTI) e o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), denominado de Indicador de Adensamento Industrial.

Pela ótica do emprego, analise-se a relação entre empregos formais da indústria e o emprego total e, de forma mais detalhada, a participação da Indústria de Transformação em relação ao número de emprego formal total.

Foram analisados ainda, dados anuais, de origem secundária, compreendidos no período de 2002 até 2012, obtidos nos sites de instituições governamentais federais, nos quais se destacam o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Em suma, os dados do Valor da Transformação Industrial (VTI) e Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), originados da Pesquisa Industrial Anual - Empresa (PIA - Empresa), bem como, o Valor Adicionado Bruto da Indústria (VAB) do Sistema de Contas Regionais do Brasil foram compilados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Quanto aos dados referentes ao Saldo de Empregos do Setor Industrial, bem como dos seus subsetores e o Emprego Total originados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), foram compilados do site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Vale lembrar que, como o presente trabalho teve por base a monografia de conclusão de curso defendida em 2014, a restrição de dados quanto ao período analisado deveu-se sobremaneira à disponibilidade dos mesmos no momento de sua coleta e análise.

3.1 Referencial metodológico

Considerando que na atualidade existe uma significativa quantidade de trabalhos com foco no diagnóstico da desindustrialização, para a realização deste, foram utilizados como referencial teórico metodológico alguns instrumentos que serão destacados de forma sucinta, a seguir.

Primeiramente, conforme trabalho realizado pela Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina (FIESC), analisou-se a participação do valor adicionado em relação ao PIB, a composição do emprego industrial em relação ao emprego formal total e o indicador de adensamento da cadeia produtiva (VTI/VBPI). As primeiras conclusões mostraram que o estado de Santa Catarina está passando por um processo de desindustrialização relativa, em que a indústria perde gradativamente participação na atividade econômica estadual.

Vale destacar, que a indústria não parou de crescer, porém, cresce a taxas menores do que o restante da economia. Observou-se, ainda, que os setores mais afetados são os mais intensivos em trabalho no processo de produção (FIESC, 2012).

No trabalho elaborado por Wasques (2012) foram analisados os dados referentes à participação do emprego industrial e do valor adicionado da Indústria de Transformação paranaense no emprego total e no PIB do estado, respectivamente. Como resultado, destacou-se que não se pode concluir que a economia paranaense está passando por um processo de desindustrialização, tendo em vista que o emprego na Indústria de Transformação em relação ao emprego total apresentou um crescimento no período analisado. Pelo lado do valor adicionado houve, no entanto uma redução, porém o autor chama esse processo de reestruturação da economia e não desindustrialização.

Morceiro (2012), por sua vez, ao analisar o processo de desindustrialização pela ótica da produção, utilizando a participação do valor adicionado da indústria e, pela ótica do emprego, observando a relação entre emprego na Indústria de Transformação e o emprego formal total, observou que, pela ótica do emprego o Brasil não está passando por um processo de desindustrialização uma vez que houve um forte acréscimo de empregos no setor industrial (no agregado e em nível setorial) no período analisado. Pela ótica da produção, notou-se que a Indústria de Transformação está crescendo menos do que os outros setores da economia, há uma certa inércia estrutural, e os setores que apresentam vantagens comparativas clássicas têm apresentado um aumento de produção considerável.

Em uma última análise, Silva (2013) utilizou o Valor Adicionado Bruto como participação do PIB, considerando que este seria um indicador de desindustrialização e verificou que, no período analisado, o Rio Grande do Sul estava passando por um processo de desindustrialização mais intenso em algumas regiões, como por exemplo, na região nordeste do estado, enquanto o norte apresentou certa estabilidade (exceção), argumentando que o movimento apresentado é semelhante ao que vem ocorrendo no Brasil.

3.2 Como interpretar os indicadores

Da participação do Valor Adicionado Bruto da Indústria de Transformação em relação ao PIB, ob-

teremos um valor em termos percentuais. Em sua análise, no entanto, o que se observa é que, caso esse valor diminua no decorrer do tempo, no período analisado, indicará que existe uma perda de participação e, conseqüentemente, um indício de que está ocorrendo um processo de desindustrialização.

No caso do indicador de adensamento da cadeia produtiva, razão entre o Valor da Transformação Industrial e o Valor Bruto da Produção Industrial (VTI/VBPI), obtém-se um valor compreendido entre 0 e 1, posteriormente, multiplicou-se esse número por 100 e o apresentamos em termos percentuais. Observa-se o comportamento dele no tempo e, caso esse número diminua, tem-se constatado forte indício de que o setor industrial está se tornando menos dinâmico, ou seja, está utilizando mais insumos produzidos fora da unidade territorial estudada (exterior ou outro estado). Conseqüentemente, conclui-se, da mesma forma, que a unidade territorial estudada está passando por um processo de desindustrialização.

Vale salientar que o indicador de adensamento utilizado no presente trabalho é do setor industrial, apresentado de forma agregada, devido à falta de dados desagregados para cada atividade econômica. No entanto, vale destacar que tal fato pode desencadear um resultado contraditório entre esse indicador e a participação do valor adicionado bruto em relação ao PIB. Portanto, seria mais adequado se houvesse a opção de calcular esse indicador de forma desagregada para cada atividade econômica que compõe o setor industrial como um todo.

Pela ótica do emprego, será analisada a relação do emprego formal na indústria e o emprego formal total, bem como a razão do número de empregos da Indústria de Transformação e do número de emprego formal total no tempo. Daquela área estudada, tem-se um valor compreendido entre 0 e 1, em seguida, multiplica-se este número por 100 e, assim, tem-se a participação percentual do setor e do sub-setor no emprego total, o que permitirá uma análise mais precisa, facilitando a observação do comportamento no tempo. Se a participação tem uma tendência decrescente, significa que está reduzindo, relativamente, a participação dos empregos da Indústria de Transformação no total do estoque de empregos. Logo, também se pode concluir que está ocorrendo um processo de desindustrialização.

4 Resultados e discussão

A presente seção pretende, a partir da análise dos dados coletados, verificar se existem evidências de desindustrialização na economia cearense no período de 2002 a 2012. Para tanto, foram realizados à luz da teoria econômica uma análise tanto da produção quanto do emprego, como poderá ser observado nas seções a seguir.

Para análise da produção utilizou-se o Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores que compõem a economia cearense, desagregando o setor industrial e dando ênfase à Indústria de Transformação, observando o comportamento dela no tempo e, em um segundo momento, analisando o comportamento do indicador de adensamento da cadeia produtiva (relação entre o Valor da Transformação Industrial e o Valor Bruto da Produção Industrial – VTI/VBPI).

4.1 Valor Adicionado Bruto - VAB

Conforme o Ipeadata (2014) o Valor Adicionado Bruto⁸ “corresponde ao valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo”. Em outros termos, é “a contribuição ao Produto Interno Bruto pelas diversas atividades econômicas, obtido pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades”.

4.1.1 Valor Adicionado Bruto dos grandes setores

A participação do Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos foi extraída do Sistema de Contas Regionais do Brasil, tendo por referência o ano 2000, com uma série disponível de 2002 até 2012. Destaque-se que, ainda no corrente ano está sendo realizada uma atualização do ano de referência para 2010. Foi analisado o comportamento no tempo da contribuição, valor adicionado dos grandes setores da economia (Agropecuária, Indústria e Serviços) para a composição do PIB do Ceará, posteriormente foi analisado o setor da indústria de forma desagregada, dando ênfase à Indústria de Transformação.

Importante ressaltar que o sustentáculo da economia cearense é o setor de serviços, com destaque para o comércio, que contribuiu em média com 70,3%, no período em análise, para a forma-

ção do PIB. O setor da indústria contribuiu com 23,4%, em média, sendo, portanto, o segundo na ordem de importância, influenciando, em parte, o crescimento dos outros dois setores. E, por fim, a Agropecuária que contribui, com apenas 6,3%, apresentando bastante instabilidade por guardar forte relação com as precipitações pluviométricas.

Vale ressaltar que o setor de serviços foi o único que apresentou taxa de crescimento superior à expansão do VAB total. Destaque-se que os principais responsáveis pelo bom desempenho desse setor foram o comércio, que apresentou forte crescimento no período em análise, seguido da intermediação financeira. Em relação à participação na composição do VAB, as maiores contribuições vêm da administração pública, do comércio, da atividade imobiliária e de aluguel.

Logo, fica claro que o comércio é a atividade mais dinâmica dentro desse setor, que apresentou taxa de crescimento sempre positiva a partir de 2004, impulsionado principalmente pelo aumento da renda *per capita* estadual, observado pela implantação da política de valorização do salário mínimo, forte expansão do mercado de trabalho com carteira assinada e ampliação dos programas de transferências de renda do Governo Federal (IPECE, 2011).

No que concerne ao setor industrial, a maior participação é da Indústria de Transformação, que representa mais da metade desse setor. Entretanto, a atividade que apresentou maior dinamismo, com a maior taxa de crescimento no período estudado, foi a Produção e Distribuição de Energia e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana, ou seja, Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), seguida pela Construção Civil. Já a Indústria Extrativa Mineral apresentou baixo dinamismo e representatividade dentro desse setor, como poderá ser observado mais detalhadamente na seção seguinte.

O ano de 2004, com 25,1%, por sua vez, apresenta uma participação acima da média (23,4%) da indústria em geral. Tal fato resulta do forte crescimento apresentado pela economia mundial e brasileira, com efeitos na economia cearense, em que o bom desempenho observado pode ser atribuído também ao crescimento expressivo da renda *per capita* ocorrida no Estado a partir dos anos 2000. Esse crescimento da renda foi provocado, principalmente, pela política de valorização do salário mínimo, ampliação dos programas sociais do Governo Federal, Programa de Atração de Investimentos, programa de habitação do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida, redução

⁸ Os preços básicos não incluem margens de comércio e de transporte por produto ou impostos sobre produtos (IBGE, 2014).

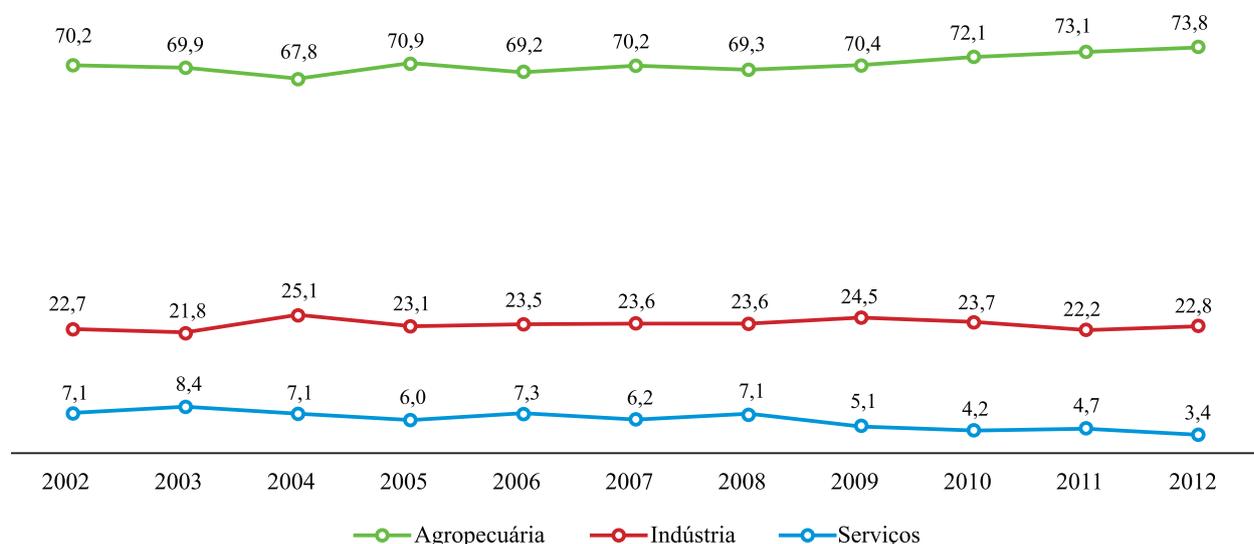
da taxa básica de juros (Selic), medidas anticíclicas para minimizar os efeitos da crise mundial, redução de IPI, bancos públicos sustentando a oferta de créditos, entre outras medidas (IPECE, 2011).

A Agropecuária, no entanto, é o setor que apresenta a menor participação no VAB da economia cearense. Destaque-se que a maior parte do Estado está localizada em área do semiárido brasileiro e a maior contribuição desse setor vem da produção de grãos, principalmente, do milho, feijão e arroz, que responderam juntos por mais de 97% da produção em 2011. Vale lembrar que a distribuição espacial e temporal das chuvas, como também, a falta ou o excesso delas,

representa fator determinante para o bom ou mau desempenho desse setor.

Assim, de acordo com o Gráfico 1, enquanto para os anos de 2002, 2003, 2004, 2006 e 2008 a agropecuária apresentou uma participação acima da média do período de análise, ou seja, superior a 6,3% ao ano, os anos de 2005, 2007, 2009, 2010, 2011 e 2012, apresentaram resultados pouco significativos, a considerar, principalmente, a escassez ou mesmo ao excesso de chuva, como ocorreu no ano de 2009, prejudicando a produção de grãos de forma significativa (IPECE, 2011).

Gráfico 1 – Ceará: participação do valor adicionado bruto a preços básicos dos grandes setores da economia, em porcentagem (2002-2012)



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2014).

4.1.2 Valor adicionado das atividades que compõem a indústria

Como mencionado anteriormente, a atividade dentro do setor industrial que mais contribuiu para

o crescimento do valor adicionado bruto no período em análise foi a Indústria de Transformação, apesar do fato de ter apresentado queda considerável de sua participação na ordem de 3 p.p. entre 2002 e 2012, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Ceará: participação do valor adicionado bruto da indústria a preços básicos, por atividades, em porcentagem (2002-2012)

Setor/Subsetores	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústria	22,7	21,8	25,1	23,1	23,5	23,6	23,6	24,5	23,7	22,2	22,8
- Indústria Extrativa Mineral	0,6	0,7	0,6	0,7	0,8	0,6	0,6	0,4	0,4	0,5	0,5
- Indústria de Transformação	13,4	13,0	13,9	12,4	12,4	12,2	12,3	12,9	11,4	10,4	10,0
- Produção e Distribuição de Energia e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana.	3,1	4,1	5,6	5,4	5,6	5,3	5,5	5,8	6,2	5,2	5,5
- Construção Civil	5,5	4,0	5,0	4,6	4,8	5,5	5,2	5,4	5,7	6,1	6,8

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2014).

A Indústria de Transformação é a atividade mais importante, respondendo por mais da metade do valor adicionado da indústria. Entretanto, a taxa de variação foi negativa nos anos de 2003, 2005 e 2009, na comparação com o ano anterior. Já no acumulado do período, o resultado foi positivo. Em 2004, essa atividade apresentou a maior participação, com 13,9%, como resultado de uma conjuntura econômica favorável, impulsionada tanto por fatores externos, como o crescimento da economia mundial e brasileira, como por fatores internos vinculados a elevação da renda *per capita* local.

Vale ressaltar que essa atividade tem perdido participação no VAB total do Estado, em função da baixa competitividade dos nossos produtos no mercado internacional. Dentre os fatores que influenciaram, é possível destacar a taxa de câmbio real sobrevalorizada (incompatível com o equilíbrio dos produtos industriais) e a elevação da taxa Selic, em anos recentes. Esta última, por sua vez, atraiu capital estrangeiro reforçando a permanência do primeiro fator. Vale lembrar que o comércio internacional sofreu efeitos negativos com a crise econômica mundial, deprimindo a demanda externa e afetando negativamente a Indústria de Transformação⁹.

Por outro lado, as atividades da indústria que se baseiam na demanda interna, construção civil e Siup, têm apresentado forte dinamismo em função da implantação de políticas públicas como o Programa de Atração de Investimentos.

As obras realizadas pela Administração Pública no estado do Ceará, tanto em nível federal quanto estadual, têm exercido papel fundamental para sustentar o consumo, elevando assim a demanda interna através de investimentos em grandes obras públicas, dentre as quais é possível destacar: o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), o metrô de Fortaleza, o centro de convenções, o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), a Arena Castelão, obras de infraestrutura (construção, reformas e ampliações de algumas vias) além da Siderúrgica e Termelétrica no CIPP.

Além disso, a política de valorização do salário mínimo do Governo Federal, conjuntamente com ampliação de programas sociais de transferência de renda como o Bolsa Família, por exemplo, progra-

ma Brasil Sem Miséria (implementado em 2011) atuaram de forma significativa, ampliando a renda e trazendo como resultado o bom desempenho do comércio, elevando a demanda interna como um todo, aumentando a compra de material de construção (para construir e reformar), demandando mão de obra e atuando como efeito multiplicador na geração de renda. Acrescenta-se ainda a redução da taxa básica de juros conjuntamente com a sustentação da oferta de crédito pelos bancos públicos e o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, favorecendo as construções privadas e ampliando o número de empregos.

Merece destaque a atividade de Produção e Distribuição de Energia e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana com um crescimento de 2,1 p.p. no período, esta apresenta a característica marcante da presença do poder estatal e, sendo assim, pode apresentar um viés no ano que o investimento público for mais expressivo, seguida pela Construção Civil com 0,6 p.p.. A Indústria Extrativa Mineral, no entanto, apresentou baixo dinamismo com uma leve perda de 0,1 p.p. no período estudado caindo de 0,6% em 2002 para 0,5% em 2011. A partir do exposto, é possível inferir que as atividades que apresentaram maior dinamismo são aquelas baseadas na demanda interna, ou seja, apresentam expansão quando a renda da população se eleva, fato observado na economia cearense a partir dos anos 2000, ainda conforme dados da Tabela 1.

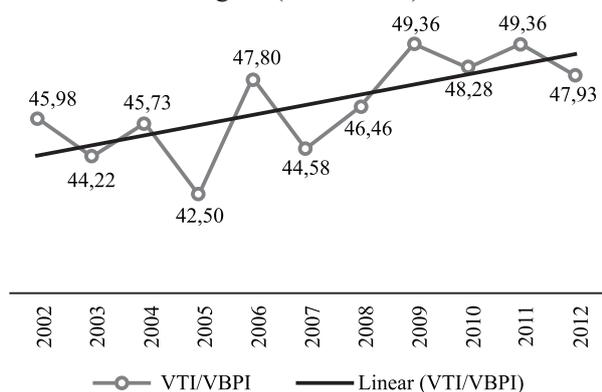
4.1.3 Indicador de adensamento da cadeia produtiva (VTI/VBPI)

Inicialmente, vale lembrar que o indicador de adensamento da cadeia produtiva é a relação entre o Valor da Transformação Industrial (VTI) e o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) e representa o quanto a indústria tem encadeamentos na economia local, ou seja, quanto maior essa relação melhor e mais dinâmica é a cadeia produtiva. Caso contrário mais insumos são produzidos fora da unidade territorial em estudo, o que pode revelar um processo de desindustrialização.

Para o estado do Ceará, houve uma elevação de 1,95 p.p. entre os anos de 2002 e 2012, passando de 45,98% para 47,93%. De acordo com esse indicador não se pode concluir que está ocorrendo um processo de desindustrialização na economia cearense, conforme Gráfico 2.

9 Implantado pelo Governo do Estado na década de 1990, que tinha por objetivo promover a industrialização e melhorar a distribuição espacial através da doação de terrenos e subvenção fiscal, atraiu várias empresas principalmente no ramo calçadista, inclusive para algumas cidades do interior.

Gráfico 2 – Ceará: indicador de adensamento da cadeia produtiva - VTI/VBPI, em porcentagem (2002-2012)



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2014).

Porém em uma análise realizada anteriormente com a participação do Valor Adicionado Bruto (VAB), observou-se uma redução tanto na indústria como um todo quanto na Indústria de Transformação, em que ocorreu uma queda bem mais significativa. Esta última apresentou retração de 3 p.p. entre os anos de 2002 e 2011. Há, portanto, um aparente paradoxo já que o indicador de adensamento aponta que não está ocorrendo desindustrialização, contrariando os resultados relacionados com a participação do VAB.

Esse aparente paradoxo pode ser explicado pelo forte dinamismo da atividade dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), que apresentou taxa de variação positiva em todos os anos do período estudado, bem como da atividade da Construção Civil que também registrou variação positiva no mesmo intervalo de tempo.

Vale ressaltar que precisamos olhar com reservas quando se analisa o indicador de adensamento de um setor da economia de forma agregada, como para o caso em questão. Sugere-se como mais adequado e confiável que a análise seja feita de forma desagregada, por atividades que compõe o setor e, de preferência, havendo disponibilidade de dados, desagregar também as atividades nos diversos ramos.

4.2 Análise do emprego

O mercado de trabalho formal do Ceará apresenta alguns traços marcantes, dentre os quais se devem destacar a forte centralização espacial

dos estoques de emprego¹⁰ formal na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e, principalmente, no município de Fortaleza, explicada em parte pela concentração da produção do PIB estadual nessa região. No entanto, as políticas no sentido de mudar esse panorama têm apresentado resultados positivos, com a expansão da oferta de postos de trabalho na região não metropolitana acima da observada na RMF no período recente (COSTA, 2009).

Outros traços marcantes são: a forte concentração dos empregos para o gênero masculino; a admissão de empregados mais jovens, concentrando as contratações na faixa etária de 18 a 24 anos; a escolaridade exigida é o ensino médio completo e observa-se uma exigência maior por educação formal mais elevada; quanto aos rendimentos, estes apresentam uma nítida tendência de redução em direção ao salário mínimo (COSTA, 2009).

Do ponto de vista setorial, o forte crescimento da demanda por trabalho a partir dos anos 2000 está associado ao dinamismo do setor de serviços, com destaque para as atividades do comércio, da administração pública e dos serviços de alojamento e alimentação, a seguir, tem-se o setor industrial, com ênfase para a Construção Civil e os Siup. Vale mencionar que esses dois setores foram responsáveis pela expansão de pouco mais de 630 mil novos postos de emprego formal (COSTA, 2009).

O setor agropecuário, no entanto, não se mostrou dinâmico e com relevância para explicar o bom desempenho estadual, mesmo com a tentativa do governo do estado em fomentar este setor, apresentando leve elevação de números de novos postos de trabalho no período estudado, entre 2002 e 2012 (COSTA, 2009; MESQUITA, 2011).

Quanto à Indústria de Transformação os sub-setores de maior representatividade foram o calçadista, o de alimentos e bebidas e o têxtil, com o primeiro sendo apontado como o responsável por expandir o emprego industrial no Ceará, apesar da forte concorrência de produtos chineses (MESQUITA, 2011).

Até 2009, o Ceará ocupava a sétima colocação, em termos de estoque de empregos e entre os estados com maior número de empregos formais no setor industrial, ficando atrás somente de São

¹⁰ Inicialmente, deve-se conceituar estoque de emprego como a quantidade de postos de trabalho existentes nas empresas e nos órgãos públicos, ou seja, o número de vínculos empregatícios existentes no mercado de trabalho formal, constituído por celetistas e estatutários (COSTA, 2009, p. 21).

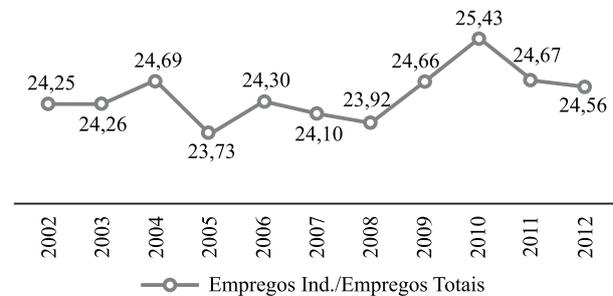
Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Sendo, portanto, o primeiro da região Nordeste, ficando à frente de Pernambuco e Bahia (MESQUITA, 2011).

Apesar do forte crescimento observado no número de postos de trabalho apresentado a partir de 2002, inclusive no setor industrial, quando se analisa a participação do emprego industrial em relação ao emprego formal total do Ceará, nota-se uma elevação quase insignificante de 0,31 p.p. entre 2002 e 2012. E essa elevação deve-se ao bom desempenho da Construção Civil e em menor grau dos Siup, com média de 24,42%. Portanto, manteve-se praticamente estável, com destaque apenas para o ano de 2010, quando atingiu uma participação de 25,43%, conforme Gráfico 3.

Com relação à Indústria de Transformação, observa-se que sua participação no emprego formal total apresentou uma queda considerável da ordem de 1,32 p.p. entre os anos de 2002 e 2012. Vale ressaltar que a partir de 2007, constata-se uma ten-

dência de queda, indicando, assim, pela ótica do emprego, que o estado estaria passando por um processo de desindustrialização no período estudado e corroborando com o comportamento apresentado pelo VAB (Ver Tabela 2).

Gráfico 3 – Ceará: participação do emprego da indústria geral no emprego formal total, em porcentagem (2002-2012)



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do Rais/MTE (2014).

Tabela 2 – Ceará: emprego na indústria de transformação (2002-2012)

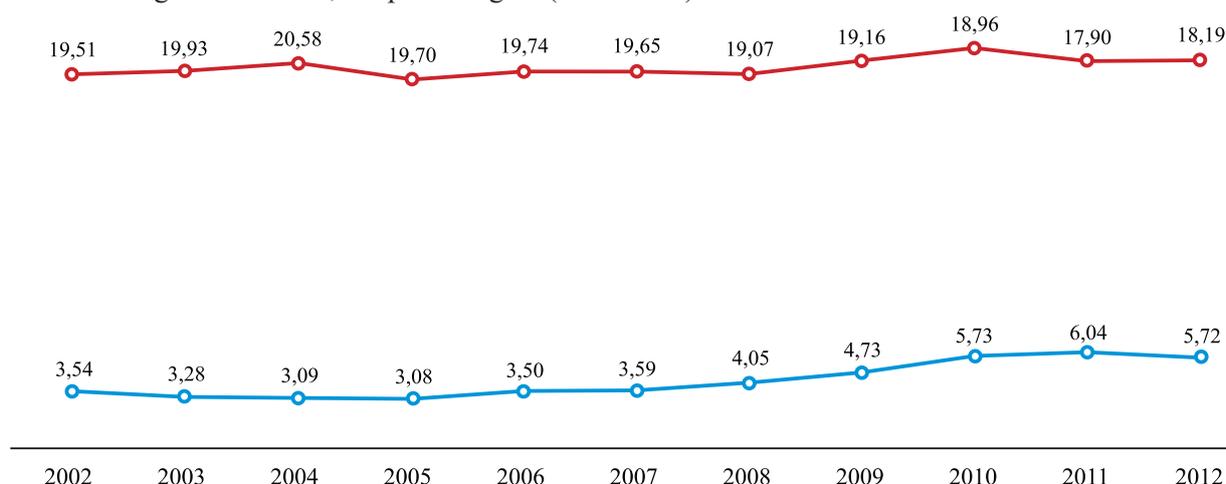
Ano	Empregos Ind. Transformação	Variação absoluta (Empregos)	Variação percentual (Empregos)	Participação (Ind. Transf. no Emprego Total - %)
2002	154.807	-	-	19,51
2003	164.473	9.666	6,24	19,93
2004	177.050	12.577	7,65	20,58
2005	181.265	4.215	2,38	19,70
2006	195.288	14.023	7,74	19,74
2007	208.149	12.861	6,59	19,65
2008	215.542	7.393	3,55	19,07
2009	236.851	21.309	9,89	19,16
2010	251.357	14.506	6,12	18,96
2011	251.767	410	0,16	17,90
2012	258.974	7.207	2,86	18,19

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do Rais/MTE (2014).

Quanto ao emprego na Construção Civil cearense, este apresentou um forte crescimento entre os anos de 2002 e 2012, mais precisamente uma elevação de 53.318 postos de emprego. Em termos percentuais, ocorreu um acréscimo de 190%, quase três vezes o estoque de empregos observado no início do período. Portanto, nota-se um significativo desempenho em termos de criação de postos de trabalho, o que, em parte, explica uma certa estabilidade do emprego da indústria em relação ao emprego formal total (RAIS, 2014).

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o comportamento em termos de emprego do subsector da Construção Civil é justamente o oposto do observado na Indústria de Transformação, como se fosse um espelho que refletisse uma imagem invertida. Portanto, observa-se que a Indústria de Transformação apresentou perda enquanto a da Construção Civil apresentou ganho, de forma bem consistente a partir de 2005, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 – Ceará: participação do emprego na Indústria de Transformação e da construção civil no emprego formal total, em porcentagem (2002-2012)



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do Rais/MTE (2014).

5 Conclusões

Ao realizar o presente estudo sobre o tema de desindustrialização, foi possível inferir que não há um consenso entre os autores, dividindo-se em duas correntes principais de pensamentos, a saber: os ortodoxos, que defendem que a perda de participação da indústria tanto no PIB quanto no emprego é um resultado do estágio de desenvolvimento no qual o país se encontra; e os estudiosos que são adeptos do pensamento heterodoxo, que defendem que o processo de desindustrialização pelo qual o Brasil está passando é produto de alguns fatores, como a taxa de câmbio real sobrevalorizada e os juros elevados, praticados na economia brasileira nos últimos anos.

Assim, encontramos evidências que apontam que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização, já que há perda de representatividade da Indústria de Transformação na composição do PIB.

No caso da economia cearense não foram encontrados estudos sobre o tema desindustrialização, ou pelo menos não foi encontrado material suficiente para um exame mais detalhado sobre a literatura aplicada ao recorte geográfico do estado do Ceará.

No que concerne ao setor industrial cearense, apesar da sua importância na composição do PIB do Ceará, constatou-se uma pequena queda de 0,5 p.p. entre 2002 e 2012. Vale destacar também queda acentuada do Valor Adicionado Bruto da Indústria de Transformação, na ordem de 3,0 p.p.

no período estudado, sendo este preocupante pelo fato dessa última responder por mais da metade da produção do setor industrial do Ceará.

Quanto ao indicador de adensamento (VTI/VBPI), a tendência crescente entre os anos de 2002 e 2012 parece revelar que a economia cearense não está passando por um processo de desindustrialização. No entanto, o Valor Adicionado Bruto apresentou uma queda significativa, indicando que o Ceará está sofrendo com esse processo de fragilização do setor industrial, bem como, da Indústria de Transformação. Esse paradoxo pode ser explicado pelo fato do indicador de adensamento ter sido calculado com dados agregados do setor industrial como um todo, o qual engloba os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup) e a Construção Civil, subsetores que foram impulsionados pela demanda interna. Dessa forma, o que a literatura existente sugere é que esse indicador seja calculado de forma desagregada, de preferência por atividades que compõem os subsetores, para uma análise mais apurada e, assim, observarmos quais atividades estariam sendo mais afetadas. No entanto, não foi possível a aplicação dessa metodologia no presente artigo, devido à indisponibilidade dos dados para um intervalo de tempo considerável.

Quanto à análise da participação do emprego da Indústria de Transformação no emprego formal total da economia cearense, observou-se que houve um recuo, indicando que esse subsetor está perdendo importância. Entretanto, deve-se levar em conta a informalidade do setor de confecções e a grande entrada de produtos chineses que acabam

dificultando esta análise para apresentação da situação mais próxima do ambiente real. Já a participação do emprego na Construção Civil em relação ao emprego formal total, no mesmo período, apresentou uma elevação.

A partir do exposto e, tendo por base os resultados obtidos no presente artigo, é possível inferir que a economia cearense está passando por um processo de desindustrialização, comprovado com o fato da Indústria de Transformação do estado do Ceará ter apresentado uma retração importante no Valor Adicionado Bruto entre 2002 e 2012 (3,0 p.p.) e uma redução considerável na participação do Emprego (1,32 p.p.).

Neste sentido, torna-se crucial a implantação de políticas públicas para reverter essa tendência de fragilização da Indústria de Transformação, dada a importância que esse subsetor da indústria tem na economia cearense.

Referências

- BONELLI, R.; PESSÔA, S. A. **Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência.** (Texto para Discussão n. 7) Instituto Brasileiro de Economia - IBRE., mar. 2010. Disponível em: < [http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11689/Desindustrializa %E7%E3o%20no%20Brasil.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11689/Desindustrializa%20E7%E3o%20no%20Brasil.pdf?sequence=1)>. Acesso em: mar. 2013.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Doença holandesa e sua neutralização:** uma abordagem ricardiana. Doença holandesa e indústria. p. 117-153. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.26.doen%C3%A7a%20holandesa.15dezembro.pdf>>. Acesso em: mar. 2013.
- BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. “Existe doença holandesa no Brasil?”. In: FÓRUM DE ECONOMIA DE SÃO PAULO, 4., São Paulo. **Anais...** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008. Disponível em: < <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf>>. Acesso: mai. 2013.
- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade.** Campinas, v. 21. Número Especial, p. 831-851, dez. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea06.pdf>>. Acesso em: mai. 2013.
- COSTA, M. O. **Emprego formal no Ceará: um enfoque regional.** Fortaleza: IDT, 2009. Disponível em: < <http://www.sineidt.org.br/PortalIDT/arquivos/publicacao/Emprego%20Formal%20no%20Cear%C3%A1%20um%20enfoque%20regional.pdf>>. Acesso em: Maio de 2013.
- DIEESE. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Desindustrialização: conceito e situação do Brasil. **Nota Técnica**, n. 100, jun. 2011. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2011/notaTec100Desindustrializacao.pdf>>. Acesso em: jun. 2014.
- FIESC. FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Processo de Desindustrialização em Santa Catarina**, 2012. Disponível em: < <http://www2.fiescnet.com.br/web/uploads/recursos/8a2df5a5a9b46132d517287bbef8cd30.pdf>>. Acesso em: Agosto de 2013.
- FREITAS, N. **Dicionário Oboé de finanças.** Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2002.
- IEDI. INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** Nov. 2005. Disponível em: < http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20051129_desindustrializacao.pdf>. Acesso em: Março de 2013.
- _____. **Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente.** Mai. 2007. Disponível em: < http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20070508_desindustrializacao.pdf>. Acesso em: abr. 2013.
- IPEADATA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Contas nacionais – conceitos.** Disponível em: < www.ipeadata.gov.br/doc/Contas%20Nacionais-Conceitos.doc>. Acesso em: out. 2014.
- IPECE. INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Texto para discussão nº 79.** Desempenho econômico do estado do Ceará em anos recentes, 2010. Disponível em: < http://www.ipece.ce.gov.br/textos_discussao/TD_79.pdf>. Acesso em: mai. 2013.

_____. **Informe 05.** A Evolução da Composição do PIB Cearense na década de 2000 - A importância das principais atividades, 2011. Disponível em: < http://www.ipece.ce.gov.br/informe/lpece_Informe_05_abril_2011.pdf>. Acesso em: out. 2014.

_____. **Informe Nº 50** (Número Especial). Perspectivas da economia cearense para 2013. Jan. 2013. Disponível em: < http://www.ipece.ce.gov.br/informe/lpece_Informe_50_08_janeiro_2013.pdf>. Acesso em: mai. 2013.

KALDOR, N. . Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom. An Inaugural Lecture. London, Cambridge University Press, 1966, 40 p., 5/- net in U.K. (1968). **Louvain Economic Review**, v. 34, n. 2, p. 222-222. oi:10.1017/S0770451800040616.

MESQUITA, E. C. **Mapa do emprego industrial: o caso do Ceará.** Fortaleza: IDT, 2011. Disponível em: < http://www.sineidt.org.br/PortalIDT/arquivos/publicacao/Mapa_do_Emprego_Industrial_-_O_Caso_do_Ceara.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO . **Relação Anual de Informações Sociais/Rais.** Disponível em: < <http://www.rais.gov.br>>. Acesso em: mar. 2014.

MORCEIRO, P. C. **Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011: abordagens e indicadores.** 2012. 206 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, 2012. Disponível em: < https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90043/morceiro_pc_me_arafel.pdf?sequence=1>. Acesso em: mai. 2014.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72-96, mar. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a04v28n1.pdf>>. Acesso em: mar. 2014.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_ar

ttext&pid=S0101-31572010000200003>. Acesso em: jan. 2014.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. **Teses equivocadas no debate sobre desindustrialização e perda da competitividade da indústria brasileira.** Set. 2012. Disponível em: < <http://jose Luisoreiro.com.br/site/link/b88d53c8ef5a5d80cf6be747a6e11521c1007dc7.pdf>>. Acesso em: jan. 2014.

ROWTHORN, R.; RAMASWANY R. **Deindustrialization: causes and implications.** Working Paper of the International Monetary Fund. Abr. 1997.

SOARES, C.; MUTTER, A.; OREIRO, J. L.; MAGALHÃES, R. **Uma análise empírica dos determinantes do processo de desindustrialização da economia brasileira no período 1996-2008.** Brasília, jul. 2011. Disponível em: < <https://www.anpec.org.br/.../2011/.../000-296b865ce41eb69c4b47513547a9bbd8.do...>>. Acesso em: mai. 2014.

SOUZA, K. L. **A expansão das commodities e a suposta desindustrialização na região nordeste do Brasil no período 1991-2012.** 2013. 127 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

SILVA, A. N. **Análise da desindustrialização no Rio Grande do Sul - 1995-2010.** 2013. 59 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: < <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5524/1/000451613-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

WASQUES, R. N. O fenômeno da desindustrialização: uma análise do caso paranaense no período 1990-2010. **Revista Economia & Tecnologia (RET)**. v. 8, n. 1, p. 67-76, 2012. Disponível em: < http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Economia_&_Tecnologia_Vol_08_Num_01.pdf>. Acesso em: jul. 2014.